



Polarização e Conversação Civil: o papel das tecnologias digitais na mediatização da política¹ **Polarization and Civil Conversation: the role of digital technologies in the politics mediatization**

Aline Cristina Camargo²

Palavras-chave: comunicação política; esfera pública; internet; mediatização.

1. Introdução

A difusão da internet nas últimas décadas trouxe expectativas em relação a seu potencial democratizante. Se por um lado tem “o potencial de interação inédito se comparado com os veículos de comunicação tradicionais” (MAIA, 2006, p.1), a rede, de acordo com Marques, também é um “lugar de debates de naturezas distintas (uns mais sérios, outros nem tanto), mas sem maior viabilidade de se aliar à deliberação plena” (MARQUES, 2006, p.172).

Para Recuero, muitas das informações disponíveis na internet “são difundidas de forma quase epidêmica, alcançando grandes proporções tanto on-line quanto off-line” (2010, p.116). O que inclui a maior liberdade das pessoas de expressarem suas opiniões sobre diferentes temáticas, como política. No entanto, principalmente em época de eleições, torna-se visível a divisão ideológica entre pessoas com orientações políticas distintas.

¹ Trabalho apresentado ao II Seminário Internacional de Pesquisas em Mediatização e Processos Sociais. PPGCC-Unisinos. São Leopoldo, RS – 8 a 12 de abril de 2018.

² Doutoranda pelo Programa de Pós Graduação em Mídia e Tecnologia da FAAC/Unesp. É jornalista e mestre em Comunicação pela mesma Universidade. Professora bolsista no curso de Jornalismo da Unesp, integrante do Grupo de Pesquisa GEMS (Games, Educação, Mídia e Sentido) e bolsista CAPES. alinecamargo20@gmail.com



II Seminário Internacional de Pesquisas em Mídia e Processos Sociais

Embora ainda se tenha poucos dados que comprovem essa polarização, segundo pesquisa da Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos, da organização não governamental (ONG) SaferNet Brasil, houve mais de 189 mil denúncias de crimes relacionados a mensagens de ódio em 2014, sendo mais de 10 mil logo após o segundo turno das eleições presidenciais em outubro, nas quais a partir de 6.909 links vindos das redes sociais foram observadas manifestações de ódio, com destaque a ofensas contra nordestinos. Os porquês dessa divisão também não podem ser explicados de maneira concreta, no entanto, uma das hipóteses é de que as pessoas não estejam prontas para responder racionalmente em relação às suas crenças, salienta Maia (2001).

Neste sentido, o objetivo do artigo a que se refere este resumo expandido é verificar de que maneira as tecnologias digitais, e em especial a internet, podem ser considerados espaços de mediação da política a partir da polarização, discussão política, conversação civil e deliberação. Para tal, será realizado levantamento bibliográfico de autores que estudam a temática.

2. Potencial democratizante da internet

De acordo com Witschge (2004), a internet é um espaço ideal para os indivíduos expandirem os seus horizontes, encontrar dezenas, centenas ou milhares de novas pessoas e ser confrontado com uma série de novos temas e pontos de vista. No entanto, “as comunidades virtuais são muitas vezes baseadas em pessoas com valores, interesses e preocupações semelhantes” (DAHLBERG, 2001, p. 10).

Para Witschge (2004, p. 114), as características da internet facilitam a participação não somente de mais pessoas, mas também de grupos mais heterogêneos. Para o autor, “a internet parece ser um lugar perfeito para encontrar diferentes pontos de vista expressos por um grupo diversificado de pessoas que são, ao mesmo tempo, abertos a essa diferença e à discordância necessária para a deliberação”.

Acredita-se ainda que a internet tenha potencial para a formação de capital social, entendido como “um fator de participação política autônoma que apresenta



II Seminário Internacional de Pesquisas em Mídia e Processos Sociais

efeitos sobre o capital humano, facilitando as relações sociais de interdependência e interação por meio das redes sociais” (MATOS, 2009, p. 101).

Considerando a utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) para informar, consultar, envolver, colaborar, capacitar e empoderar, entende-se que o capital social pode ser, ao mesmo tempo, causa e consequência da comunicação, desta maneira, seria identificado com o nível de envolvimento associativo, ou seja, a ideia de que o indivíduo pertence a uma comunidade civicamente engajada, participando em variadas redes de interação (MATOS; NOBRE, 2013).

Com base nos conceitos de Polat (2005), Witschge (2004), Dahlberg, (2001) e Shane (2004) considera-se que a internet representa um espaço plural nunca antes visto: a redução dos custos de participação, a suposta igualdade entre os participantes a partir da redução de pistas sociais, a interação entre representantes e representados, além das comunidades on-line evidenciam o potencial da rede.

No entanto, é preciso considerar o contexto de uso da rede: “A evolução de qualquer tecnologia depende de sua interação crítica com a sociedade, seja em circunstâncias econômicas, sociais, políticas e culturais”. Assim, “o que as TICs podem realizar para qualquer sistema político terá muito a ver com a forma como os membros de comunidades específicas, individual e coletivamente, fazem uso dessas tecnologias”, explica Shane (2004, xii). Neste sentido, os dispositivos de novas tecnologias de comunicação e informação, interativas e multifuncionais, muitas vezes têm sido observados como recursos para fortalecer o processo democrático.

3. Internet e esfera pública

De acordo com Dahlgren (2005, p. 148), a esfera pública é entendida como uma constelação de espaços comunicativos na sociedade que permitam a circulação de informações, ideias e debates. “Esses espaços, em que os meios de comunicação e agora, mais recentemente, a figura de mídia interativa ganhou destaque, também servem para facilitar as ligações de comunicação entre os cidadãos e seus representantes”.



II Seminário Internacional de Pesquisas em Mídia e Processos Sociais

Já Habermas (1962), precursor do conceito de esfera pública, reconhece diferentes formas de esfera pública: esfera pública episódica (bares, cafés, encontros na rua), a esfera pública da presença organizada (reuniões de pais, oficiais em visita ao teatro, shows de rock, reuniões partidos ou conferências de igrejas) e esfera pública abstrata, produzida pelos meios de comunicação (leitores, ouvintes, telespectadores e disseminação natural globalmente).

A internet tem a capacidade para abrigar várias dessas arenas de discussão, por ser uma rede pública de comunicação não necessariamente institucionalizada e, em muitas ocasiões, espaço que abriga a formação espontânea de opiniões. No entanto, de acordo com Marques (2006), a esfera pública virtual, usado como um espaço de conversa civilizada (ou seja, as discussões desenvolvidas em grupos de discussão e fóruns online), atua mais efetivamente como um espaço para a formação de opinião, informação, visibilidade e conversação; e não como um espaço de tomada de decisões.

Neste contexto, a esfera pública virtual é vista como um espaço para a conversação civil (MARQUES, 2006, p. 172): “Há momentos em que a internet se comporta como uma esfera pública eficaz, inclusive em termos de tomada de decisões deliberativas. No entanto, muitas vezes, estes eventos ocorrem quando os grupos afetados por esta resolução, ao mesmo tempo em que são especializados ou dedicados a um tema específico, não são muito extensos”.

De acordo com Polat (2005), a importância da esfera pública surge de seu papel no fornecimento de uma plataforma para o debate racional crítico ao invés de simples registro de pontos de vista individuais por meio de ferramentas de agregação de informações, tais como pesquisas de opinião: “O que importa aqui é como as opiniões são formadas, em vez de como eles se expressam”, salienta Polat (2005, p. 448).

Três características da teoria da esfera pública de Habermas (1962) são estendidas a partir do uso da internet: a) Em primeiro lugar, a esfera pública tem que ser igualmente aberta a todos: “Todo mundo tem que ser capaz de ser membro da esfera pública e participar nas deliberações de modo que a diversidade de pontos de vista pode



II Seminário Internacional de Pesquisas em Mídia e Processos Sociais

ser assegurada. Só desta forma uma prática democrática justa e representativa pode ser sustentada” (POLAT, 2005, p. 449); b) em segundo lugar, dentro da esfera pública um acordo racional é alcançado como resultado do debate crítico e livre de juízos de valor: “De maneira ideal, a esfera pública conecta as pessoas entre si para que possam se engajar no debate crítico racional [...] a esfera pública é uma arena de comunicação em que mutualidade, solidariedade e reciprocidade são promovidas”; c) em terceiro lugar, a esfera pública tem que ser independente da intrusão do governo e de interesses comerciais e de poder.

Polat (2005, p. 449) acrescenta que “a internet não é universalmente acessível pelo público. Pelo contrário, o uso é mais limitado a pessoas que já estão em melhor situação em termos de ter acesso ao debate público racional [...] mesmo que o debate crítico racional online aconteça, ele não é divulgado de maneira eficaz”. Embora o potencial da internet para estender a esfera pública seja limitado, ainda há potencial para aumentar o engajamento e a participação a partir de grupos de discussão online, por exemplo.

Polat (2005) ressalta ainda que a internet aumenta a capacidade de comunicação de forma desigual, apoiando algumas formas de comunicação mais do que outras. O autor sugere a necessidade de uma abordagem investigativa da relação entre a capacidade de comunicação da internet, as interações e a participação política.

No que diz respeito à internet como esfera pública virtual, Polat (2005) argumenta que seu potencial para estender a esfera pública é limitado devido à sua distribuição desigual e sua estrutura fragmentada. No entanto, é preciso considerar as redes sociais e comunidades online e seu potencial para informar, dar visibilidade e oferecer espaços de debates políticos. Para o autor (2005), embora não formem uma esfera pública, redes e comunidades online continuam a operar como plataformas em que os participantes realizam seus direitos como cidadãos e participam da deliberação política online. Embora o potencial da internet para estender a esfera pública seja



II Seminário Internacional de Pesquisas em **Mediatização** e Processos Sociais

limitado, ainda há potencial para aumentar o engajamento e a participação política em torno dos grupos online.

4. Comunicação Política

No contexto da crise da democracia representativa e do declínio da confiança nas figuras políticas do país, é preciso considerar os meios de comunicação, analógicos e digitais, bem como as mídias digitais, como ferramentas importantes para a mediatização da política; seja a partir da disponibilização de informação ou pela visibilidade, não apenas de figuras políticas, mas também, e principalmente, de temáticas que geram engajamento público.

Mais do que estratégia para garantir votos, o uso da internet tem se consolidado como espaço de discussão política. O cidadão comum não só se informa sobre os candidatos, mas também produz e compartilha conteúdos. Para Graeff (2009, p. 10), “o truque é transformar ouvinte em orador. Ao conseguir que a audiência escreva, candidatos conseguem um compromisso com essa audiência. Engajamento substitui recepção, que por sua vez leva à ação no mundo real”.

Segundo Marques e Sampaio (2011) as eleições presidenciais de 2010 apresentaram um cenário diferenciado, permitindo afirmar que as ferramentas digitais assumiram uma importância inédita. Neste cenário há dois aspectos que se destacam: (1) existe uma maior disponibilidade de informações geradas por candidatos, partidos e usuários; e há, conseqüentemente, (2) uma maior concorrência pela atenção dos usuários.

Neste contexto, de acordo com os autores (2011), existem três grandes fontes de informação política no ambiente digital: a) refere-se à cobertura promovida pela imprensa convencional, seja na forma de grandes portais de instituições jornalísticas ou na divulgação e acesso de seus próprios perfis em redes sociais, prontos para oferecer todo tipo de dados atualizados acerca da campanha; b) os próprios comitês de campanha de cada candidato (incluindo-se aqui os sites e perfis em redes sociais), responsáveis por



II Seminário Internacional de Pesquisas em **Mediatização** e Processos Sociais

proporcionar acesso a atualizações e informações dos mais variados tipos, como, por exemplo, vídeos, fotos, áudios e textos, além da agenda de seus assessorados, históricos, feitos, promessas e afins; c) os próprios usuários atuando na tarefa de encaminhar conteúdos e de elaborar materiais informativos (muitas vezes, tais conteúdos são de caráter opinativo, como acontece em blogs e redes sociais). Em outras palavras, a geração das informações é franqueada, também, aos cidadãos com diferentes níveis de interesse na campanha, com o diferencial de se perceber uma capacidade singular de reverberação de dados (MARQUES; SAMPAIO, 2011).

Para os autores (2011, p. 218) é fato que a quantidade de informação política disponível ao eleitorado tem aumentado a cada eleição, “assim como se percebe um maior pluralismo na variedade de usuários e entidades dispostos a criarem conteúdos ou, simplesmente, a repassarem ideias”, mas não se sabe se a maior disponibilidade de informação tem representado maior engajamento e participação por parte dos jovens cidadãos.

Neste sentido, Saisi (2013, p. 1), indica o papel central dos meios de comunicação na informação e na participação política. Para a autora, “os resultados nas urnas indicam um cenário em transformação, em que a participação popular se coloca como um valor em ascensão, e o uso de mídias digitais abrem novas possibilidades na arena política”.

Referências bibliográficas

DAHLBERG, L. **Computer-mediated communication and the public sphere: a critical analysis**. *Journal of Computer Mediated Communication* 7,1, 2001.

DAHLGREN, P. The Internet, public spheres, and political communication: dispersion and deliberation. **Political Communication**, 22:147–162, 2005.

GRAEFF, A. **Eleições 2.0: a internet e as mídias sociais no processo eleitoral**. Publifolha, 2009.



II Seminário Internacional de Pesquisas em **Mediatização** e Processos Sociais

HABERMAS, J. **The Structural Transformation of the Public Sphere: An Inquiry into a Category of a Bourgeois Society**. Cambridge: MIT Press, 1962.

MAIA, R. Democracia e internet como esfera pública virtual: aproximando as condições do discurso e da deliberação. Apresentado no **X Encontro Anual da Compós**, Brasília, p. 46-60, 2001.

MAIA, R. Mídia e vida pública: modo de abordagem. In Maia, R.; CASTRO, M. C. P. S. **Mídia, esfera pública e identidades coletivas**. Belo Horizonte. Editora UFMG: 2006.

MARQUES, F. P. J. A.; Debates políticos na internet: a perspectiva da conversação civil. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 12, nº 1, Abril/Maio, 2006, p. 164-187.

MARQUES, F. P. J.A.; SAMPAIO, R.C. Internet e eleições 2010 no Brasil: rupturas e continuidades nos padrões mediáticos das campanhas políticas online. **Galáxia**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica. n. 22, 2011.

MATOS, H. A comunicação pública no Brasil e na França: desafios conceituais. **Veredas**, v. 8, n. 8, p. 99-114, 2009.

MATOS, H. H.; NOBRE, G, F. Comunicação pública e comunicação política: por uma interação entre cidadania e democracia. **Organicom**. Ano 10, número 19, 2013.

POLAT, R. K. **The Internet and political participation: exploring the explanatory links**. European Journal of Communication 20: 435, 2005. Disponível em: <<http://ejc.sagepub.com/content/20/4/435>>. Acesso em: 26 dez. 2017.

RECUERO, R. **Redes sociais na internet**. Sulina, 2010.

SAISI, K. Mídia e construção de mitos políticos na campanha presidencial brasileira. Grupo de Trabalho de Comunicação e Democracia no **V Congresso da Compolítica**, 2013. Disponível em: <http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2013/05/GT-01-Comunicacao-e-Democracia-KatiaSaisi.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2018.

SHANE, P. M. **Democracy online: the prospects for political renewal through the Internet**. New York: Routledge, 2004.

WITSCHGE, T. Online deliberation: possibilities of the Internet for deliberative democracy. In SHANE, P. M. **Democracy online: the prospects for political renewal through the Internet**. New York: Routledge, 2004.